

## **Acta nº 6/2009**

Aos dias 27 de Outubro de 2009, pelas 16h00, reuniu-se em plenário o Conselho Local de Acção Social de Santa Maria da Feira, no auditório do Convento dos Lóios, na Freguesia da Feira, Concelho de Santa Maria da Feira.

A Dr.ª Manuela Coelho, Chefe da Divisão de Acção Social da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, deu início à sessão de trabalho dando as boas vindas a todos os presentes e passando de seguida ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, leitura e aprovação da acta da reunião anterior. Visto a acta já ter sido disponibilizada aos parceiros para leitura em data anterior à reunião, estes foram questionados se propunham alterações ao teor da mesma. O centro de Emprego solicitou a correcção dos nomes dos interlocutores do Centro de emprego, Dra.s. Rosa Branca Costa e Anabela Baptista. Procedeu-se de seguida à votação tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção (Centro Social), por não ter estado presente na reunião anterior.

De seguida e antes de avançar para o ponto seguinte, agradeceu a todos os presentes a dinamização que foi feita a 17 de Outubro, no assinalar do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e dos 8 Objectivos do Milénio, referindo o envolvimento de várias organizações do nosso concelho não governamentais para o desenvolvimento, como o Rosto Solidário, os Leigos da Boa Nova, os Jovens Sem Fronteiras e a Associação Viver Sem Fronteiras, bem como a Empresa Municipal Feira Viva, salientando ainda o facto de se ter conseguido a recolha de quase quatro toneladas de alimentos.

Por relação à recolha de alimentos realçou a forte adesão ao Programa Restaurantes Solidários, com 50 refeições a serem distribuídas diariamente, assim como o envolvimento de muitas das instituições presentes, que têm colaborado na sinalização das famílias e indivíduos que podem usufruir do Programa. Informou ainda que o Município está a realizar um acompanhamento muito próximo da implementação deste Programa, quer com os Restaurantes, quer com os beneficiários, apelando ao plenário para que a Rede de Restaurantes abranja um maior número de freguesias, visto alcançar uma franja da população que apesar de necessitarem de apoio alimentar não estavam a usufruir do Mercado da Solidariedade. Foi colocada a questão do processo de triagem pelo representante do Centro Social de Sanguêdo ao que a Dra. Manuela Coelho informou que a triagem é sempre feita de uma sinalização das entidades da Rede Social, como escolas, Paróquias, Conferências Vicentinas e Centros Sociais. Enquanto nova resposta este processo está a ser monitorizado pelos técnicos da Câmara, nomeadamente o Dr. Hugo Cruz e o Professor Roberto Carlos. Finalizou

apontando o conceito de responsabilidade social inerente a este Programa através da participação da área da Restauração.

Intervenção do Sr. Horácio Sá-quastão dos almoços nos dias em que não existem aulas á tarde. A pRof Guiomar. Representante do Conselho Local de Acção Social

A escola financia coma dotação financeira da escola e não através do escalão.

Ofício para os agrupamentos...

O sr. Horácio alertou para a sensibilidade das escolas e que tem feed-back. O Sr provedor referiu alguma ausência de sensibilidade por parte das escolas.

A pRof. Guiomar diz que a direcção geral já deu essa indicação.

- Fundação Salvador: abertas candidaturas para a acção Qualidade de Vida de .... 18 de Novembro.

-O Cartão Feira Sénior – No âmbito desta medida a Dra- Manuel Coelho solicitou ao plenário a divulgação desta medida nas comunidades, junto dos idosos.

- Estão abertas candidaturas no âmbito do PRODER (...) abrangendo 10 freguesias rurais, até meados do mês corrente. Estão a ser dinamizadas candidaturas em articulação com a ADRITEM, na área do Património e na área da melhoria da rede de transportes dos idosos.

-Apresentação do Projecto Cuidar de Quem Cuida pela Dra. Liliana Santos, equipa técnica do Projecto. O Projecto Cuidar de Quem Cuida é um projecto que surgiu na Plataforma das Redes Sociais Entre Douro e Vouga, sendo que este projecto tem a duração de 4 anos. A informação prestada foi disponibilizada em suporte de papel. Apresentação das diversas linhas de acção. Solicitou a colaboração dos presentes na sinalização dos cuidadores, dos agentes de geriatria, para a formação avançada e ainda para a captação de voluntários. Foi dispensada uma folha com os contactos e com os coordenadores locais.

De seguida passou-se ao ponto nº 3 da Ordem de trabalhos –Plano de Acção 2009-2011. A Dra. Manuela deu a palavra à Dra. Catarina Ferreira, do Secretariado Técnico da Rede Social que passou a apresentar o Plano de Acção recorrendo a uma apresentação em Power Point.

Com este plano de acção vamos chegar ao fim de um Plano de Desenvolvimento Social. Os eixos que estão presentes neste Plano de Acção São os mesmos que estiveram no Plano de 2008/2009.ultimo palno de acção para cimplir o plano de desenvoloviemnto social.Em

Junho o Plano de Acção foi monitorizado em que quase 90% das acções estavam concretizadas, passando poucas acções para este plano de acção. Proposta de plano de acção do núcleo executivo. Foi solicitado o contributo dos parceiros sem resposta. Aguarda-se após esta exposição pelos contributos.

E são os eixos que estão contemplados no plano desenvolvimento Social.

O eixo de Qualificação e probabilidade escolar e profissional

O eixo dos equipamentos e serviços Sociais

O eixo três inclusão dos grupos numeráveis

O quarto eixo tem a ver com as relações de parceria e desenvolvimento Social.

Este Plano de acção privilegiou dois eixos, o eixo 1 e o eixo 4. As acções que estão inscritas privilegiaram estas estratégias.

Eixo 1. Foram privilegiadas de forma a permitirem a acção formação de Jovens e também a aquisição não de riscos mas, sim também a aquisição escolar.

Agora respectivamente aos adultos no mercado do trabalho, o núcleo Executivo" pensamos que era necessário desenvolver programas de aprendizagem educativos que não passava só pela integração no mercado de trabalho mas sim, por um trabalho de base. E um trabalho anterior a essa integração.

Continuamos então com a estratégia de promover pessoas que tenham dificuldade de acesso ao Ambiente de trabalho. E temos várias actividades que não estavam previstas no Plano Anterior de Acção.

A criação de uma empresa de inserção, e a sensibilização de instituições para a adesão aos contratos de inserção + que são destinados a desempregados beneficiários do RSI. Aqui passou a palavra à Dra. Manuela Coelho,

A Dr.ª Manuela referiu quando se fala nos desempregados do RSI como já tínhamos falado no núcleo a necessidade de um programa Sócio Educativo em que as pessoas possam aprender alguma possível profissão que pudessem ajudar ainda mais no mercado do trabalho para que pudessem aprender muitas áreas que têm a ver com as dificuldades que as pessoas não se coincidem com os trabalhos que possam aparecer ou mesmo até nos próprios estágios que possam aparecer.

Nós tivemos uma experiência que foi a Formação para a Inclusão que foi até numa candidatura que alguns beneficiários também do Rendimento Social e Inserção também estiveram incluídos e foi uma experiência que talvez terá de ser remodelada e terá de ser já com algumas melhorias que estão introduzidas tendo em conta que as Famílias Mais continuam portanto quer uma lógica mais dos nossos

empreendimentos Sociais e dos beneficiários e não só, que tem a ver muito com a gestão Doméstica gerir Dinheiro, porque muitas pessoas não sabem como gerir o seu dinheiro a questão das compras que têm de fazer portanto a definição dos produtos que são saudáveis mas também do custo e também a questão das Despesas Fixas.

Intervenção de Sanguedo: imp- da integração nas empresas mesmo continuando a receber o subsidio. Integ do rsi e desempregados. Chamou para a limitação dos programas actuais.

A Cristina Vasconcelos DSE QUE SEMPRE HOUE ESSA OPÇÃO DE INTEGRAÇÃO só que face aos diferentes níveis de integração existem limitações em integrarem programas deste carácter. Não podem em regime de voluntariado se não for ao nível de algum programa. Em que exista a anuência do beneficiário.

Provedor, a dignificação é fundamental. Estados de pobreza geracionais e que auto-estima é baixa. Se nós conseguirmos promover um programa que a pessoa vai readquirindo a sua auto-estima. existe um reflexo da falta de escolaridade. O rsi não é um convite à preguiça mas é um convite à eliminação da auto-exclusão.

A dra. Manuela referiu que nós temos que desenhar programas adaptados ao perfil dos beneficiários independentemente dos programas formais existentes.

Mas fundamentalmente também era introduzir aqui algumas responsabilidades e Auto-Estima do seu Desempenho Pessoal e das suas Competências e Capacidades Pessoais no exercer uma determinada tarefa, não prejudicando o programa do Rendimento Social de Inserção e se calhar outro tipo de Programas a nível do Desemprego pelo contrário de ajuda que estas pessoas possam ter um contributo em termos sociais, quer nas escolas, nas cantinas, na limpeza mas com um Programa estruturado em que possam cumprir horários. Se nós começarmos a tentar fazer com que estes Programas possam ir mais longe, procurar coisas novas, diferentes porque de facto a situação do desemprego está a ficar muito grave.

Pode haver uma nova orientação para as pessoas que estão a estudar se encontrarem desempregados. Nós temos vários recursos mecanismos diferentes e que temos de construir os vários Projectos. A câmara já pediu um Centro de Emprego para as pessoas que se encontrem desempregadas.

No âmbito da Segurança Social pediu-se o prolongamento do PROGRIDE, reforço da Acção Social, ou seja o serviço de Atendimento à Família, e pediu-se também o PROGRIDE que nos dá mais verbas do que o contrato local de desenvolvimento e também vos dá mais

dinheiro. Nós temos agora de diagnosticar para saber o que o programa procura e também aconselhou que se começasse a pensarem avançar no programa dos CEI + e aumentar as nossas propostas e para os funcionários. A Câmara está a pensar mediante solicitações no interesse que têm para apoiar alguns destes programas de desemprego quer de Rendimento Social de Inserção podemos apoiar uma solidariedade social. Também foi feito um pedido por parte da Câmara ao Ministério do Trabalho para não serem feitas formações de trabalho em nove meses nem num ano mas sim por muito mais.

A dra. Manuela avançou com o n~de desempregados , 11% na latura, e a capacidade de criação de emprego não vai acompanhar o aumento de desemprego ainda previsto e ter atenção ao terminus do subsidio de desemprego desta gente toda.

A guimar falor nos cef's para as esclpas concorrerem ao financiamento para cef's. para desempregados. Os centros novas oportuidades das escolas vão avançar para essas candidaturas.

A dra, Rosa falou no aumento da adesão dos desempregados aos efas's.

Os próprios pais reconheceram na escolal a função educativa e o valor dos filhos continuarem a estudar.

A dra rosa falou nos direitos e nos deveres dos desempregados e a questão do carimbo.

(um homem colocou a questão do carimbo, não sei identificar)

SAnguedo: as pessoas desempregadas mas com uma profissão deveriam ter um enquadramento diferente.

Conceição Bento: preversão do sistema.

2º Parte

Se for uma instituição Particular de Solidariedade Social são dez por cento no caso dos subsídios desemprego são financiados 20% sendo este o valor do subsídio.

**Os dois eixos que se seguem complementam o Eixo um porque são apoio também a algumas acções do Eixo um, os equipamentos e serviço inclusão de pessoas incitação e probabilidade. Na questão do eixo dois os equipamentos e serviços, nós queremos continuar a promover este tipo de serviços equipamentos que são de alguma forma de Apoio à Família. Mas como sabem nós tivémos já uma época e que este ano se investiu bastante na criação de novos equipamentos para o concelho, tendo 18 candidaturas aprovadas ao programa "PARES".**

12 Instituições do Concelho fizeram candidaturas à medida 6.12 do "POPH" a APN já foi aprovada, três candidaturas dos Cuidados Continuados" e também do Programa Operacional Norte Programa Operacional de uma Creche, apostando assim em novas orientações e novos serviços. A criação de um Banco de Ajudas Técnicas, já estava

prevista no antigo Plano de Acção anterior, mas que não foi possível concretizar, e que neste momento como vocês têm aí os três passos que gostaríamos que fossem dados para que ele começasse a funcionar.

O levantamento das entidades e dos recursos existentes que são bastantes no concelho e que muitas vezes as pessoas não sabem onde podem recorrer para terem este tipo de ajudas, nós vamos descobrindo cada vez mais que há entidades que têm este tipo de ajudas técnicas e que era importante este levantamento ser efectuado e depois criar um sistema de gestão em articulação com essas entidades para Gestão deste equipamento.

Temos também a questão de uma candidatura para manutenção da valência do centro de dia de internamento para Doentes de Alzheimer uma valência que estava a ser dinamizada pela Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião, mas que neste momento por impossibilidade desta Entidade continuar a assegurar esta resposta está-se a fazer uma nova candidatura com uma nova entidade, para que continue a ser tão importante, ao mesmo tempo tem-se reduzido o número de pessoas em situação de elevada vulnerabilidade social e temos aqui alguns grupos com algumas dificuldades especiais "População portadora de deficiência, População Idosa e População Dependente sendo Idosa ou não".

E por isso o levantamento vai-nos permitir respostas mais atípicas que permitam realmente dar outro tipo de cuidados a esta População.

A outra das estratégias na inclusão de grupos vulneráveis prende-se com o reforço da estrutura de Apoio à Família à Comunidade e na necessidade de ver-mos reforçados os serviços de Apoio à família. Nós já temos 15 Apoios à família a funcionar. Em Relação à População com deficiência nós tínhamos e temos a recorrer uma candidatura do EDV. No qual o Sr. José Ribeiro referiu que tem como função promover a sensibilização e a formação dos agentes para que as barreiras arquitectónicas desapareçam e que se construa um espaço Plano, não acessível a pessoas deficientes, mas sim para todas as pessoas.

Relativamente também a População com Deficiência é importante a Implementação de serviço e informação e mediação para pessoas com deficiência o SIM-PD – Serviço de Informação e Mediação – Pessoas com Deficiência, que já estava previsto no anterior Plano de Acção 2008-2009, e que nós queremos que juntamente com a Provedoria que seja implementado agora no próximo ano.

Há falta de transportes adaptados concretamente a APN que tem de ter alguma actividade aqui só responde a quem tem transporte próprio, porque é muito difícil conciliar as coisas por isso ainda não foi possível encontrar resposta nenhuma aqui em Santa Maria da Feira, em Gaia ou no Porto.

A Dr.ª Manuela referiu que a Educação em termos do Plano da Câmara tem aquisição de uma Carrinha Adaptada em que possa transportar duas pessoas, mas deveria de adquirir a carrinhas manuais para que possam ser transportadas quatro pessoas.

Relativamente ainda á População com deficiência temos a questão de ser necessárias algumas respostas para a integração desta população em actividades que não o emprego porque nós temos sentido essa necessidade e também já foi discutido com Sr. Provedor e também com o Núcleo que é a questão daqueles Deficientes jovens ou adultos tipo como os da Cerci não têm mais nenhuma actividade nem nenhuma resposta de trabalho e têm de ficar sozinhos ou até com os pais que têm de ficar em casa para tomarem conta dos filhos.

Estes programas também são bem jurados em 10 por cento das organizações pois porque atendimentos ao telefone parecem pessoas extremamente capazes do trabalho que fazem.

O que o eixo quatro pretende é a actualização dos instrumentos estratégicos do planeamento da rede Social, O Plano do rendimento Social ao mesmo tempo poder definir algumas políticas de intervenção com estes instrumentos e portanto todas as actividades que aqui estão são todas de divulgação de actividades da rede social, dos parceiros da rede Social, do concelho local da acção Social mas, ao mesmo tempo como é exemplo a Preparação da iniciativa do segundo Mosaico Social que vai ser começado em 2010 para dar realizado no início de 2011 depois temos a actualização de indicadores Socioeconómicos para a actualização do Observatório Social tudo instrumentos que sem eles não seria possível definirmos as problemáticas e as respostas anteriormente, por isso o eixo quatro é um eixo de actualização destes instrumentos.

A Dr.ª Manuela referiu que isto só é possível se tiver a colaboração de todos dentro da parte das competências e responsabilidades de todos. Não fazendo parte deste plano de Acção faz falta enorme não ter locais suficientes para jovens que têm problemas de deficiências ou até mesmo Problemas familiares, devia se de ter um correio electrónico para que essas pessoas possam recorrer lá.

A Dr.ª Manuela acrescentou está previsto a contratação de uma pessoa essencialmente só para o observatório. E relativamente aos apartamentos do alfermenização é uma das questões que até está no Plano do Desenvolvimento Social e que é possível avançar, nós Câmara temos uma bolsa de habitação como sabem, nos não temos as casas todas ocupadas, precisamente para fazer parte a situações que possam surgir, porque algumas podem estar em obras, isto porque as pessoas que lá tenham estado não deixaram aquilo minimamente arrumado.

Mas nós como temos uma bolsa podemos pensar na utilização de um ou dois apartamentos que estejam dentro do nosso parque habitacional como também podem ser adquiridas habitações para rendimento Social portanto aqui como é propriedade nossa é sobre a nossa gestão, também temos outro programa que é de mercado de arrendamento apoiado pelo IHRU" instituto Nacional de Reabilitação de Habitação de Reabilitação mas aí é mais complicado porque eles exigem um determinado valor, no mercado não temos T1 nem T0 o que nos dificulta e há chamadas residências partilhadas que são de pessoas desempregadas e também de pessoas idosas que poderão partilhar uma habitação sua, isto não é que o nosso parque nacional não chegue, mas sim porque temos de começar a pensar nesta Gestão.

O ponto seguinte é sobre constituição de comunidades Sociais de Freguesia e Interfreguesias de Santa Maria da Feira. O modelo que ficou definido foi criar nove condições Inter-Freguesias e duas pressões de Freguesia sendo elas de Santa Maria da Feira e de Lourosa tendo em conta a população, temos onze mil e quarenta em Santa Maria da Feira e nove mil e duzentos e quatro em Lourosa depois tínhamos as restantes condições Inter-Freguesias sendo elas! Comissão Inter-freguesia Vila Maior, Canedo, tínhamos a comissão inter-freguesia de Lobão, Guisande, Vale e Gião, tínhamos Sanguedo, Argoncilhe, Fiães, Caldas de São Jorge, Romariz, Milheiros, Pigeiros, Sanfins, Escapães, Arrifana, Fornos, Mosteiro, Souto, Travanca, Espargo tínhamos Rio meão de São João de Ver, Lamas, Mozelos, Nogueira de Regedoura e por último S. Paio de Oleiros e Paços de Brandão portanto é preciso dinamizar as condições de Freguesia ou interfreguesia e quer à junta de freguesia portanto a própria lei diz que as condições da Junta de Freguesia são lideradas pelo Presidente da Junta de Freguesia, no qual se o Presidente considerar que não tem possibilidades ou pode negar numa instituição que faça parte da comissão social de freguesia, mas efectivamente por muito trabalho de acompanhamento e de implementação que façamos.

Foi aprovado numa reunião em 2003 na constituição destas nove freguesias e duas condições, depois começou-se também com os encontros de implementação e de preparação destas condições inter-freguesias e depois fez-se alguma formação de dirigentes.

Como devem de compreender o núcleo Executivo são os serviços aqui representados

E os técnicos da Câmara. Portanto nós não temos capacidade de Recursos Humanos, Câmara e já não se conta com a Segurança Social, a do emprego nem na de saúde. Nós não temos capacidades a nível de Recursos Humanos suficientes para poder avançar com uma implementação e dinâmica permanente sistematizada e dinamizar a



constituição e contratação das freguesias devem de ser, daí que nós temos que reflectir um pouco.

Embora que o Presidente da Junta de Fiães a liderar uma comissão de Freguesia visto que também tinha as Caldas de São Jorge. Se calhar este modelo das comissões interfreguesias poderá de certa forma prejudicar o trabalho das Juntas de Freguesia. Vamos unir com as Juntas de freguesia para se puder reflectir em conjunto sobre qual será o modelo melhor e de que forma é será possível levar o modelo em diante.

As Juntas de Freguesia têm que assumir porque também os Centros Sociais localizados, porque as comissões Sociais integram a Junta, os Serviços Públicos, na Saúde que trabalhem na Freguesia podendo ser o Médico Responsável do agregado de Junta Familiar, Presidente do Agrupamento de Escola, como sendo as entidades dos fins lucrativos, associações empresariais, Sindicais, os Grupos Sócio-caritativos, até pessoas Individuais que queiram associar-se e que trabalhem nesta área do Social, ou de assistência Social.

A Comissão Social é produzida pelo Presidente da Junta que dinamiza e convoca o respectivo Plenário, caso tenha possibilidade pode delegar num dos membros desse Plenário que depois de dois em dois anos é reeleito.

Nós só conseguimos levar em diante, se sinalizarmos as situações mais graves de pobreza e exclusão Social existentes na Freguesia, definir propostas de actuação a partir dos seus recursos mediante a participação de entidades representadas ou não na Comissão, encaminhar para o CLAS, que isto no fundo é um Projecto de Base, os problemas que encheram a capacidade dos Recursos das Juntas de Freguesia propondo soluções mais adequadas, promover mecanismos de Rentabilização dos Recursos existentes, promover articulação progressiva, intervenção Social dos agentes da freguesia, promover a acção de formação.

Já temos uma série de entidades que intervêm nas diversas comunidades tertúrias de freguesia, desde grupos comunitárias associações, as IPSS etc. As próprias freguesias as vezes têm grupos de acção neste caso de apoios, de casa, ou também de subsídios ou na compra de determinados bens que são necessários para determinadas famílias. Portanto teremos de reflectir se é para avançar como modelo de freguesia, se as juntas estão na disposição de assumir ou em cooperação com as entidades diante Social, neste caso serão os Centros Sociais que estão dispostos para esse efeito. A câmara poderá dar o Apoio Inicial, e apoio Logístico e que poderá ir às trinta e umas freguesias.

Nada mais havendo a tratar a Dr<sup>a</sup> Manuela deu por encerrada a reunião.